

A IMPORTÂNCIA DAS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR PARA A COMUNIDADE PAULO AFONSINA: Estudo de Caso da Gestão do Terceiro Setor no Município.

Marcondes Francisco dos Santos

Bacharelado em Direito e Bacharel em Administração da Faculdade Sete de Setembro,

Mario de Carvalho Dorta

Bacharelado em Direito da Faculdade Sete de Setembro

Rubem Souza da Silva

Bacharelado em Direito na Faculdade Sete de Setembro, Bacharel em Serviço Social e pós graduando em Direito Penal e Processo Penal

RESUMO

O estudo do tema em exposição busca analisar a gestão das entidades do terceiro setor no Município de Paulo Afonso no que se refere à dificuldade em se conseguir voluntários que abracem a causa destas instituições, a captação de recursos e as formas de como estas organizações buscam os recursos necessários para o desenvolvimento de suas ações sociais, a importância do planejamento estratégico como um elemento necessário e indispensável a cada ação desenvolvida uma vez que este preceito enseja no sucesso de cada programa/projeto que venha a ser desenvolvido no seio de uma organização social sem fins lucrativos e ainda a celeuma jurídica verificada entre as leis 9790/99 e 9637/98. Para a realização de tal estudo foi utilizado o método bibliográfico, pesquisa em meio eletrônico e um questionário do tipo não estruturado, dirigido aos gestores das organizações do terceiro setor do Município.

Palavras-chave: Terceiro setor. Captação de recursos. Desenvolvimento das ações sociais.

ABSTRACT

The study of the theme exhibition seeks to analyze the management of third-sector entities in the municipality of Paulo Afonso with respect to difficulty to get people to embrace the cause of these institutions, fundraising and ways of how these organizations pursue the resources to the development of outreach activities, the importance of strategic planning as a necessary and indispensable to each program developed since this provision entails the success of each program / project that will be developed within a social organization without third sector and also the legal uproar occurred between 9790/99 and 9637/98 laws. To conduct such a study method was used bibliographic research in electronic media and a type of unstructured questionnaire to the managers of nonprofit organizations in the city.

Key-words: Third sector. Fundraising. Development of social actions.

INTRODUÇÃO

Esse estudo busca analisar a gestão das entidades do terceiro setor no Município de Paulo Afonso-BA e a importância que cada uma delas representa para a comunidade local quanto à minimização das desigualdades sociais verificadas na cidade. Para a realização do presente estudo, foi necessária a visita *in loco* em cada uma delas e a confecção de questionários direcionados aos gestores. Tais questionários buscavam informações acerca do número de voluntários, dificuldades enfrentadas pelas entidades, as formas de captação de recursos e os métodos de planejamento para concretização dos seus objetivos quanto ao atendimento das pessoas que efetivamente precisam dos serviços realizados por tais empresas.

Destarte, o crescimento do terceiro setor no Brasil é explicado pelas pressões da sociedade face ao Estado mínimo na busca de direitos básicos e pela pretensão do Estado em passar para a sociedade os serviços em diversos setores nos quais não consegue proporcionar a devida assistência no que se refere à qualidade e atendimento das demandas sociais que tanto aumentam por conta do crescimento populacional, ensejando com o desemprego advindo das novas tecnologias a exemplo a automação industrial.

1 NATUREZA JURÍDICA

Passemos a analisar a natureza jurídica destinada as organizações do terceiro setor no qual podem se qualificar como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip's) as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos; desde que observados os objetivos sociais e normas estatutárias previstas na Lei 9790/99. Considera-se sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social. Se faz necessário enfatizar que a lei 9790/99 foi criada para regulamentar a possibilidade de remuneração dos seus gestores bem como para disciplinar o termo de parceria entre o Estado e organizações.

Dentro desse contexto, a lei 9637 de 15 de maio de 1998 dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do programa de publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais sendo que em nosso entendimento nasce aqui uma celeuma jurídica tendo em vista que as organizações regidas por esta lei não podem remunerar seus dirigentes sob pena de perder os benefícios fiscais a elas destinadas a título de exemplo a contribuição patronal de previdência social dos seus funcionários.

Entretanto, não são consideradas organizações sociais do terceiro setor as sociedades comerciais, sindicatos, associações de classes ou representação de categoria profissional, as instituições religiosas, as organizações partidárias inclusive fundações, entidades de benefício mútuo ou seja aquelas que destinam bens ou serviços a grupo restrito de associados, cooperativas e fundações públicas.

Ainda dentro desse contexto, o título de entidade de interesse público na esfera federal para é concedido pelo Ministério da justiça concedido as instituições sem fins econômicos que promovam assistência social à saúde, desenvolvimento econômico, combate a fome etc. As instituições ainda podem buscar junto ao Governo Federal, Estadual ou Municipal os títulos de utilidade pública de organização social e entidade beneficente de assistência social como o Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) e o Certificado Beneficente de Assistência Social (CEBAS). Este último conferido pelo Conselho Nacional da Assistência Social

Nesse sentido, para que as entidades e organizações de assistência social funcionem no Município é necessário a prévia inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) cabendo assim a fiscalização deste órgão no que se refere ao funcionamento e atividades destas instituições. O registro no referido órgão municipal se caracteriza como um critério para que uma determinada instituição sem fins lucrativos venha requerer o certificado de entidade beneficente junto ao Conselho Federal de Assistência Social. A Lei orgânica da assistência social (LOAS) Lei 8742 de 07 de dezembro de 1993 traz em seu bojo em especial o artigo 18, incisos III e IV as competências do conselho federal quanto a concessão de registros e certificados de entidades beneficentes de assistência social.

2 SURGIMENTO DO TERCEIRO SETOR NO BRASIL

O terceiro setor no Brasil advém de movimentos sociais em especial os ocorridos nas décadas de 70 e 80 que além de se constituírem de um passado de suma importância para as demandas da atualidade estes movimentos enfrentaram diversas questões sociais da coletividade brasileira, ou seja, a luta pela qualidade e

melhoria da saúde, educação, moradia etc. Estes movimentos se mostraram resistentes na luta contra a ditadura militar a favor dos processos de redemocratização do País, “as diretas já”, bem como ainda os enfrentamentos ensejados com a nova República. Quem corrobora com o exposto é Landim (1998), apud BRAUN, Edna e SIKORSK, Daniela (2009), quando afirma:

Aparecem como elementos presentes na conformação de movimentos que germinam ainda dentro do regime autoritário, como o novo sindicalismo, os movimentos e associações de bairro, a luta pela terra, etc. – tempos da idéia do “popular”, que mais tarde se transformará na de “sociedade civil” (com passagem pela “sociedade civil popular”). São associadas algumas vezes às condições de fortalecimento das alas da igreja inspiradas pela teologia da libertação, no mesmo contexto. Já com relação a acontecimentos dos anos de 1980-1990 podem ser encontradas pontuando textos referidos aos movimentos sociais ditos fragmentados, ligadas à construção de identidades e sujeitos coletivos, ou de grupos de defesa de direitos específicos ou difusos: Ambientalistas, mulheres, negros, portadores de HIV, povos indígenas, crianças e adolescentes, etc. Têm um lugar, portanto, em debates recentes sobre as redefinições dos princípios universalizantes da cidadania, em confronto com as diferenciadas identidades, valores, interesses que surgem na cena pública.

Desta forma, os movimentos sociais ocorridos nesta época ensejaram a abertura de um Estado ante democrático para anos de esperança como as verificadas após a década de 80 apostando na reconquista dos Direitos Civis e Políticos e no avanço dos Direitos Sociais com o processo constituinte de 1998.

Com a Constituição de 1988, estabelece-se como princípio básico a estratégia de ampliar a participação da sociedade na esfera pública, reconhecendo, através da Lei, que a tarefa pública é dever do Estado e da sociedade. Foi a partir de então que os mecanismos para o surgimento do terceiro setor no Brasil de forma organizada e oficial se tornaram possíveis. Com as possibilidades geradas por este novo cenário, inverte-se a tradição histórica do país. O Estado busca redefinir seu papel como fomentador e não necessariamente como executor das políticas sociais. Busca, com isso, diminuir seu tamanho, ampliar e fortalecer as organizações da sociedade civil e as organizações não-governamentais. Surge no Brasil, então, o terceiro setor, termo que busca traduzir um novo quadro de relações entre Estado, a sociedade e as empresas. (OLIVEIRA, 2005).

Entretanto, as energias gastas com os processos revolucionários da época dão espaço para uma organização dinâmica social cujos movimentos, ao invés de dar as costas para o Estado, agora trabalham num projeto de transformação social (relação sociedade civil e Estado) sendo os protagonistas de uma nova revolução social. Para Paz apud Godoi Sueli et al(2008).

Historicamente a relação do Estado com a Sociedade Civil no Brasil tem sido marcada pelo patrimonialismo – o uso privado da coisa pública (clientelismo, corrupção, etc), pelo autoritarismo (ausência de democracia, transparência, participação e controle social) e pela exclusão social (desigualdades sociais, negação sistemática de direitos de cidadania e de acesso à riqueza, bens e serviços produzidos no país). Esses aspectos caracterizam a cultura política brasileira e se reproduzem no cotidiano das relações sociais e políticas.

É necessário enfatizar o trabalho de assistência desenvolvido pelas casas de misericórdia e os serviços prestados pela Igreja Católica no que se refere ao cuidado e assistência as crianças e adolescentes. Com os movimentos sociais surgidos dentro de um Estado militarizado culminou com a mudança de relacionamento do Estado com a igreja tendo em vista tanto os movimentos que aclamavam por justiça social bem como a modernização natural da sociedade atrelada ao processo de industrialização e urbanização.

Dentro desse contexto, surgem entidades da sociedade civil não ligadas ao Estado nem tão pouco a igreja católica e sim sociedades civis sem fins lucrativos de finalidade pública. Assim, o surgimento do terceiro setor se confunde com as utopias sociais transformadoras no que se refere a motivação e mobilização das ações coletivas onde estas surgem através de articulação esquerdista, principalmente após a redemocratização do País que no século XX é marcado pelo crescimento do setor no Brasil.

3 SURGIMENTO DO TERCEIRO SETOR NA CIDADE DE PAULO AFONSO-BA

Com o crescimento da cidade que hoje conta com uma população de 106.703 habitantes (IBGE, 2009), surgiu a necessidade de a sociedade civil se organizar e dentro do contexto de organização surgiram as organizações não governamentais que, atreladas ao Estado, contribuem com o desenvolvimento social do Município em diversas ações voltadas para a criança, o idoso, os acometidos por drogas e tantos outros problemas sociais verificados no Município.

Antes de se pensar em todo este aparato legal, que é a concepção de instituições não governamentais, há que se falar nos pioneiros da cidade que quando aqui chegaram desenvolveram um trabalho social principalmente no seio daqueles que mais precisavam à época. Um desses baluartes que tanto contribuíram para o desenvolvimento social do Município foi a senhora Mariêta Ferraz esposa do então engenheiro Marcondes Ferraz a mesma desenvolveu um trabalho voltado para as pessoas em vulnerabilidade social da antiga vila poty um povoado que surgiu no entorno do acampamento da CHESF. Dona Mariêta também contribuiu para a fundação na época de um núcleo artesanal onde mulheres do Município desenvolvia trabalhos manuais para serem vendidos no sentido de gerar renda para seus familiares. Esta nobre senhora com o seu espírito caridoso doava móveis, utensílios domésticos e alimentação para aqueles que aqui chegavam atraídos pelas construções das usinas hidroelétricas.

Enquanto de um lado a empresa dotou o seu acampamento de uma estrutura extraordinária, com lagos, clube e parques no entorno deste acampamento do outro lado viviam pessoas criando o então povoado da Vila Poty, tais pessoas moravam em barracas feitas de embalagem do cimento que eram utilizados na construção da usinas.

Hoje a cidade cresceu e a antiga Vila Poty já se transformou no centro comercial do Município, porém necessita avançar com projetos de desenvolvimento social no sentido de reduzir as desigualdades sociais de uma cidade de porte médio, com problemas iguais aos de outras cidades do mesmo porte. Apesar de existir na Cidade entidades do terceiro setor como associações, fundações e ongs que exercem um papel importante na redução dessas desigualdades sociais, ainda se faz necessário um apoio do governo e de um trabalho de união e ação destes órgãos na tentativa de equilibrar as injustiças sociais de uma cidade que ainda clama por desenvolvimento sustentável.

4 CAPTAÇÃO DE RECURSOS EM ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

Toda instituição sem fins lucrativos, precisa de recursos para viabilizar seus projetos. Captar recursos é uma das atividades importantes para estas instituições, no entanto todos aqueles que trabalham no ambiente de determinada organização precisam compreender e assimilar mesmo que indiretamente os pressupostos à captação de recursos.

A expressão captação de recursos virou moda nos últimos anos no Brasil, especialmente no universo das organizações do terceiro setor. Apartir dos anos 1990 explodiram os cursos e consultorias dedicados a ensinar essas organizações a elaborar planos e projetos para a obtenção de recursos para financiar programas ou trabalhos que desenvolvam. Inicialmente, em muitas organizações, o trabalho de captação de recursos era realizado de forma voluntária, ou seja, apenas de acordo com o tempo disponível de seus fundadores. Entretanto, com o passar do tempo e o aumento da visibilidade das organizações de terceiro setor, houve um consequente aumento de trabalho, e muitas das instituições tiveram sua atuação limitada por falta de recursos passou a ser maior e a ser considerada uma necessidade. (ALBUQUERQUE, 2006).

No Brasil a maioria dos profissionais de organizações sem fins lucrativos já captaram recursos mesmo não sendo o responsável por este setor. Poucos imaginavam que num curto espaço de tempo o setor de captação obtivesse a importância que merece nas instituições não governamentais, mantendo um processo de bastante lisura tornando necessário a criação de um código de ética profissional que proíbe o pagamento de comissão sobre o valor arrecadado.

Nesse sentido, a Associação Brasileira dos Captadores de Recursos (ABCR) cuida do aprimoramento e desenvolvimento de profissionais da área de captação de recursos, buscando dessa forma preservar princípios éticos através de seu código de ética profissional. Na missão de promover e desenvolver a atividade de captação de recursos no Brasil, apoiando o Terceiro Setor na construção de uma sociedade melhor, servindo como referência para todos aqueles que desejam captar recursos no campo social.

No município de Paulo Afonso a captação de recursos em instituições do terceiro setor é feita através de editais públicos de empresas como a CHESF (Cia. Hidro Elétrica do São Francisco), e outras atividades como quermesses, festivais e doações individuais, sendo que entre as organizações pesquisadas, o CERSPA (Centro de Recuperação Social de Paulo Afonso) capta recursos de um colégio local no valor de 20% de sua renda bruta anual.

5 O VOLUNTARIADO EM ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

O voluntariado é uma atividade que é desenvolvida de maneira espontânea e não remunerada. Por longos anos manteve cunho caritativo e assistencialista. Atualmente está fundamentado em uma forma de manter a cidadania e responsabilidade social. Esta prática social se inicia no Brasil nos finais da década de 1990 em instituições privadas de ação social, agências governamentais e setor privado no qual este último inseriu uma nova visão ao assunto no que se refere a cidadania participativa, eficiência e resultados. Porém, o voluntariado é um produto histórico que se desenvolveu e vem se desenvolvendo ao longo do tempo estando em permanente evolução.

O voluntariado foi influenciado por uma corrente contestatória e libertária presente na maioria dos movimentos sociais de origem popular. Com a democratização da América Latina, baseada nos princípios neoliberais é que floresce em nosso País um voluntariado que preenche os espaços deixados pelo Estado, esforçando-se, desta forma, em minimizar o sofrimento daqueles que estão às margens do sistema capitalista.

Entretanto, no final da década de 1990 começam a surgir discussões à cerca do trabalho voluntário e doação individual desenvolvido por instituições privadas de ação social, agências governamentais e setor privado que vem criando desta forma o novo campo de investimento social empresarial. Portanto, hoje em dia temos um voluntariado reconhecido e legitimado como assim define a Lei 9608 de 18 de fevereiro de 1998 aonde o seu artigo 1º preceitua:

Art. 1º Considera-se serviço voluntário, para fins desta lei, a atividade não remunerada prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade

Parágrafo único. O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista previdenciária ou afim.

Assim, o voluntariado se constitui em um caminho na busca da conscientização das pessoas para se trabalhar

em instituições que prestam relevantes serviços às famílias em vulnerabilidade social nos diversos Municípios do Brasil.

Em se tratando de voluntariado em nosso Município as organizações sociais encontram dificuldades uma vez que as pessoas que pretendem ser voluntários quando conhecem o local onde vão prestar tal serviço se esquivam por se tratar de um serviço no qual estas pessoas não estão habituadas em desenvolver tal serviço a exemplo do voluntariado destinado ao cuidado com idosos.

Em nosso entendimento, um dos motivos que travam o desenvolvimento do voluntariado local é justamente o desconhecimento do local onde as pessoas vão prestar tal serviço e desconhecimento da lei do voluntariado especificamente quanto ao termo de adesão que não gera desta forma vínculo empregatício para as organizações sociais.

Dentro desse contexto, o voluntariado tem sido um dos instrumentos utilizados na participação da sociedade nos projetos sociais elaborados pelas organizações não governamentais, visando mudanças sociais perante as demandas sociais verificadas em nosso País e em nosso Município, no entanto, é necessário criar canais que efetivem e consolidem tais ações sociais. Se faz necessário enfatizar que a prática voluntária é diferente da profissional, ou seja, não se confundem e não se substituem pelo fato de terem propósitos diferentes, porém podem ser interligadas.

6 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GESTÃO EM ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

Para se manter a sustentabilidade de uma instituição é necessário profissionalismo e planejamento visando as diversas atividades da organização. O planejamento estratégico nas organizações do terceiro setor do Município, é um importante aliado que contribui de forma determinante para o desenvolvimento das potencialidades destas, ou seja, o gestor na hora de fazer o planejamento estratégico da instituição não deve somente pensar nele, mas também em sua instituição e em todo o contexto sócio econômico que essa organização está inserida a fim de dinamizar as ações e os objetivos nos quais pretende alcançar. Para Sapiro apud Drucker, (1986).

Planejamento estratégico é o processo contínuo de, sistematicamente e com o maior conhecimento possível do futuro contido, tomar decisões atuais que envolvem riscos; organizar sistematicamente as atividades necessárias à execução dessas decisões e, através de uma retroalimentação organizada e sistemática, medir o resultado dessas decisões em confronto com as expectativas alimentadas.

Diante de tal afirmação o gestor de uma instituição não governamental deve ser um estrategista e manter uma postura com perfil participativo, qualificação técnica e profissional e principalmente manter o diálogo em todas as instâncias de sua organização e em especial com o público externo visando desta forma a captação de recursos tão importante para a gestão eficiente de sua organização.

Desta forma, a eficiência estratégica do gestor aumenta à medida que encontra outras formas de fazer com que os outros integrantes pensem e tentem saber o que a organização está fazendo e por que o faz. A organização pode trabalhar com os pressupostos dos stakeholders em que os indivíduos que convivem com uma determinada organização podem afetar ou serem afetados pelos resultados estratégicos alcançados, por esse motivo é que o gestor deve manter a postura dialogal com o público interno de sua organização e o externo por se tratar de algo determinante em suas ações até porque cada grupo de stakeholders espera que os indivíduos incumbidos em tomar as decisões estratégicas de uma organização forneçam a liderança, através da

qual os objetivos valiosos serão atingidos.

[...] Stakeholds são os indivíduos e grupos capazes de afetar e de serem afetados pelos resultados estratégicos alcançados e que possuam reivindicações aplicáveis e vigentes a respeito do desempenho da empresa. Tais reivindicações contra o desempenho de uma empresa são aplicáveis pela capacidade que eles têm de suspender a participação essencial à sobrevivência, competitividade e rentabilidade da empresa. Os stakeholders continuarão a fornecer o seu apoio a uma organização se o desempenho desta satisfizer ou exceder as expectativas deles. (HITT, IRELAND E HOSKISSON, 2005, p. 28).

O planejamento se relaciona com os objetivos a médio e longo prazo, que afetam a direção ou a viabilidade de uma associação ou organização não governamental, porém se aplicada de forma isolada não surtirá nenhum efeito, pois o planejamento deve ser elaborado de forma integrada com todos aqueles que fazem a organização

7 ESTUDO DE CASO DESENVOLVIDO EM ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR DO MUNICÍPIO

Passemos a fazer a análise do estudo de caso que foi desenvolvido em algumas entidades do terceiro setor no Município, através de um questionário do tipo não estruturado, sendo que a pesquisa foi desenvolvida em maio de 2010. Os gestores respondem aos questionamentos quanto a gestão das organizações as quais gerenciam como se observa a seguir:

Como a organização define seus resultados?

É pacífico entre os entrevistados que os resultados de suas organizações são verificados através de reuniões de diretoria e da verificação in loco entre os seus “clientes” no sentido de que o serviço prestado à comunidade seja de forma satisfatória.

Maria Marluce, gestora do Lar da Criança Vicentina, dá sua opinião acerca dos resultados afirmando que:

É um processo contínuo de auto-avaliação, usando tornar as atividades desenvolvidas cada vez mais eficazes, na nossa visão e pela experiência vivenciada, melhores resultados são obtidos porque trabalhamos em rede, dividindo experiências e otimizando o trabalho que cada um desempenha.”

De que forma é feita a captação de recursos da organização?

A captação de recursos no Lar da Criança Vicentina é feito através de editais para projetos sociais promovidos pelo fundo municipal de direitos da criança e adolescente, fundo Brasil de direitos humanos, Petrobrás, entre outros, além de contribuições ou doações advindas daqueles que contribuem com a entidade. O CERSPA utiliza o mesmo sistema de captação de recursos do Lar da Criança Vicentina, sendo que ainda conta com parceria do Colégio Sete de Setembro, pois 20% dos lucros do colégio é destinado a esta instituição. A casa de repouso recebe também recursos da Prefeitura Municipal que colabora com os serviços dos profissionais da saúde, além de captar recursos através de novenário, doações da comunidade e festivais realizados pela diretoria e por fim a ARPA, que recebe recursos de serviços prestados à Prefeitura Municipal e capta recursos através dos produtos vendidos como o adubo, vidros, latas e produtos da horta comunitária.

Existem voluntários na organização? Se positivo qual o número de voluntários?

Todas as organizações em estudo apontaram a presença de voluntários. O CERSPA possui 13 voluntários oriundos de uma faculdade local, que atuam junto ao programa Espaço da Cidadania, a ARPA possui apenas um voluntário que atua na área administrativa, o Lar da Criança Vicentina possui 7 voluntários e a Casa de Repouso São Vicente de Paulo possui apenas 2 (dois) voluntários que são médicos, um clínico geral e outro cardiologista.

O que deve ser reforçado no planejamento estratégico da organização?

Quanto a este item as instituições em estudo elencam a necessidade de voluntários para atuarem junto a elas e ao planejamento voltado para a captação de novos recursos, para serem aplicados, principalmente, na folha de pagamento de funcionários remunerados destas instituições.

Como é desenvolvido o planejamento estratégico da organização? A sociedade é ouvida e convidada a opinar?

Nas instituições em estudo os gestores elencam que o planejamento estratégico é feito através de plano de ação que vai definir como será desenvolvido durante o ano, porém, quando norteamos a pergunta a sociedade, os gestores entendem que a participação da sociedade poderia ser mais efetiva principalmente no sentido de está trazendo novas propostas.

Quais as principais metas para o futuro?

Neste quesito a gestora da CERSPA enfatiza que as metas da instituição que ela gere é ampliar, qualificar e melhorar os serviços prestados à comunidade carente do Município, ao passo que a gestora do Lar da Criança Vicentina diz que as metas dessa instituição para o futuro é arraigar projetos sustentáveis para a organização, a qual administra, bem como ampliar o seu leque de atendimento no sentido de atender, de maneira mais eficaz, a demanda social existente. Os gestores da ARPA enfatizam que as metas da associação é implantar na cidade, em parceria com o Poder Público, o sistema de coleta seletiva do lixo no Município e por fim a gestora da Casa de Repouso São Vicente de Paulo entende que a principal meta para o futuro de sua organização é a total reforma do prédio que abriga os idosos desta instituição.

Qual a importância e contribuição do profissional de Serviço Social dentro da organização?

Das instituições em estudo a única que sempre teve um Assistente Social qualificado em seu quadro de funcionários foi o CERSPA, sendo que o Lar da Criança Vicentina recentemente incluiu em seu quadro uma Assistente Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante o que foi exposto percebemos o quão as instituições do terceiro setor são importantes para o Município de Paulo Afonso, uma vez que tais instituições destinam suas ações no sentido de minimizar as desigualdades sociais verificadas na cidade. Entretanto, se faz necessário criar no Município uma instituição que prepare as pessoas que têm o desejo de se tornarem voluntárias. Ainda dentro deste contexto, verificamos a ausência de treinamento específico dentro destas organizações quanto a captação de recursos

financeiros que em nosso entendimento poderia se criar uma entidade para o treinamento dos gestores quanto a eficácia pela busca de recursos.

Nesse sentido, verificamos que as instituições em estudo elaboram seu plano de ação anualmente e o colocam em prática primeiramente o planejamento voltado à captação de recursos, que é o elemento principal de sobrevivência destas instituições. Entretanto, se faz necessário que o Poder Municipal em parceria com o SEBRAE possibilitem cursos de capacitação, reciclagem, conhecimentos administrativos e gerenciais aos gestores destas organizações focando desta forma a melhoria dos serviços voltado a comunidade menos favorecida.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Antônio Carlos Carneiro de. **Terceiro Setor: história e gestão de organizações**. São Paulo: Summus, 2006.
- ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de. **Manual de planejamento estratégico**. São Paulo: Atlas, 2001.
- BRASIL, **Casa Civil do. Lei 8742/93** de 07 de dezembro de 1993. Disponível em: <www.presidencia.gov.br/casacivil>. Acesso em: 22 de Abril 2010.
- BRASIL, **Casa Civil do. Lei 9608/98** de 18 de fevereiro de 1998. Disponível em: <www.presidencia.gov.br/casacivil>. Acesso em: 22 de Abril 2010.
- BRASIL, **Casa Civil do. Lei 9637/98** de 15 de maio de 1998. Disponível em: <www.presidencia.gov.br/casacivil>. Acesso em: 22 de Abril 2010.
- BRASIL, **Casa Civil do. Lei 9790/99** de 23 de março de 1999. Disponível em: <www.presidencia.gov.br/casacivil>. Acesso em: 22 de Abril 2010.
- BRAUN, Edna e SIKORSKI, Daniela. **Serviço social e terceiro setor: Serviço social IV**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.
- COSTA, Selma Frossard. **O Serviço Social e o Terceiro Setor**. Disponível em: <www.ssrevista.uel.br>. Acesso em 10 de junho de 2010
- DAL RIO, Maria Cristina. **O trabalho voluntário: uma questão contemporânea e um espaço para o aposentado**. São Paulo: Senac, 2004.
- DRUCKER, Peter. **Administração de Organizações sem fins Lucrativos: Princípios e práticas**. São Paulo: Pioneira, 1994.
- GODOI, Sueli et tal. **Políticas Sociais II: Serviço Social**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.
- HITT, Michael A, IRELAND, R Duene e HOSKISSON, Robert E. **Administração Estratégica**.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológico**. 23 ed. São Paulo: Cortez; 2008.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: Trabalho e formação profissional**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- JUCÁ, Joselice. **CHESF – 35 anos de história**. Recife: CHESF, 1982.
- LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- MALHOTRA, Neresha. **Pesquisa de Marketing: Uma orientação aplicada**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço social: Identidade e alienação**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico**. São Paulo: Respel, 2002.
- REIS, Roberto Ricardo do Amaral. **Paulo Afonso e o Sertão Baiano: sua geografia e o seu povo**. Paulo Afonso-BA: Fonte Viva, 2004.
- SANTANA, Luiz Ricardo da Silva. **A importância do voluntariado em organizações do terceiro setor: Um estudo de caso na Apae Paulo Afonso**. (Monografia) Bacharelado em Administração, Faculdade Sete de Setembro, Paulo Afonso-BA: 2009.
- SANTOS, José Carlos Barbosa dos e RAFAEL, Luiz Antônio Pedroso. **Competitividade e globalização**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

- SAPIRO, Idalberto Chiavenato Arão. **Planejamento Estratégico: Fundamentos e aplicações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- SILVA, Neide Oliveira e SILVA, Otávio Rufino. **A verdadeira história da SSVP em Paulo Afonso**. Paulo Afonso: Fonte viva, 2006.
- STEUER, René. **Sua Instituição Precisa de Recursos. Como Captar? Quem deve Captar?** Disponível em: <www.captacao.org/recursos>. Acesso em: 19 de março de 2010.
- TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações não governamentais e Terceiro Setor. Criação de Ongs e Estratégias de atuação**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- ULHÔA, Raquel. **Captação de recursos financeiros em organizações sem fins lucrativos**. Disponível em: <www.valoronline.com.br>. Acesso em mar. 2010.
- WIECZYNSKI, Marineide e RONCONI, Luciana. **Gestão e sustentabilidade para o Terceiro Setor: Os novos rumos para o serviço social**. Disponível em: <www.portalsocial.ufsc.br>. Acesso em de março 2010.